

ARRAES: DUAS MÃOS E O SENTIMENTO DO MUNDO

MARIA TEREZA GONDIM ROZOWYKWIAT*

Resumo: O presente trabalho se propõe a resgatar o início da trajetória política do ex-governador Miguel Arraes, interrompida com o golpe de 64, responsável pela sua deposição do Governo, prisão e exílio de 14 anos. Também busca situar as ações desenvolvidas pelo ex-governador e as reações que provocaram, a partir do momento histórico nacional avaliando os fatos que desembocaram na quebra da ordem democrática. Por fim, pretendemos explicar o surgimento do mito de Arraes, tanto pela ligação visceral que estabeleceu com as camadas mais carentes da população, como pelo comportamento assumido perante os militares, pela prisão numa ilha inacessível e, por fim, pelo que ele mesmo chamava de desterro para África. Tais fatos criavam em torno dele uma auréola de mistério e de fetiche. Palavras-chave: Miguel Arraes; Trajetória Política; Golpe de 1964.

Abstract: This Study examines the beginnings of the political trajectory of the former Governor Miguel Arraes, interrupted by the *coup d'état* of 1964 which resulted in his overthrow, imprisonment and 14-year exile. It also situates the former Governor's politics and the reactions which they provoked within the context of the historical moment by evaluating those facts which resulted in the rupture of the democratic order in Brazil. Finally, the article attempts to explain the appearance of the "myth of Arraes" in terms of the visceral ties that he established with the poorest sectors of society, his behavior in the face of the military, his imprisonment

on an inaccessible island, and in his own words, his "african exile". These facts served to create an aura of mystery and reverence with regard to the figure of Arraes.

A frase de um poema de Carlos Drummond de Andrade, isto é, "tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo", utilizada por Arraes ao assumir pela primeira vez o Governo de Pernambuco e frequentemente lembrado em suas campanhas, terminou ficando mais identificado com a sua pessoa do que com o próprio autor. É que, em todos os estágios da sua vida política, ele procurou tomá-la como Norte. O sentimento do mundo, no entender de Arraes, estava intrinsecamente vinculado à sua relação com o povo e à fidelidade às idéias que defendia. Através dessas idéias, conquistou a Prefeitura do Recife e foi eleito governador do Estado três vezes. Por elas, foi cassado, preso e exilado.

Polêmico, Arraes foi adorado por uma parcela da população, odiado por outra facção, respeitado por muitos adversários e considerado atrasado por outros. A ele, devia-se amor ou ódio, nunca indiferença. Carismático, transformou-se num mito para as camadas mais pobres da população, especialmente do Interior. Com o golpe militar de 64, os generais acreditaram tê-lo ferido de morte. Ocorreu o inverso. Voltou de um longo exílio mais fortalecido e pronto para novos embates. Em grande parte, foi o próprio golpe que deu ao ex-governador as condições de se tornar um mito.

Recusando-se a renunciar ao mandato, preferindo a prisão e o exílio a romper com os compromissos assumidos, Arraes enfrentou as adversidades decorrentes da sua opção, mas por outro lado, seu nome ficou marcado na História de Pernambuco com tintas de cores fortes. Não faltam críticas à sua atuação como administrador nem contestações às suas propostas. Aos estudiosos está aberta a temporada de análises e debates. Mas provavelmente, a figura de Arraes continuará sendo o que sempre foi: um divisor de águas, com posições claras, sejam elas rechaçadas ou dignas de elogios.

1) Conjuntura Política

A ascensão de Miguel Arraes à Prefeitura do Recife e depois ao Governo do Estado foi consequência direta da Frente do Recife, o que

implicava necessariamente num governo de alianças, onde setores da burguesia, do proletariado emergente e do campesinato momentaneamente se uniam em torno de uma posição tática comum. Embora com características específicas bastante definidas, Arraes estava até certo ponto atrelado à correlação de forças que o haviam levado ao poder e limitado pelas propostas do Governo Federal.

As intenções de Arraes foram colocadas com clareza em seu discurso de posse, ao assumir o Governo de Pernambuco pela primeira vez. Nele, é explicitada a condenação a todo o processo que havia lançado o País numa situação de subdesenvolvimento, especialmente a subordinação ao capital externo. Prega a redução das desigualdades sociais e regionais, defende a reforma agrária e se coloca ao lado das camadas mais pobres da população. O conteúdo deste discurso voltaria a ser repetido, com adaptações às novas realidades que se apresentavam, ao longo do seu segundo e do seu terceiro governo.

Mas entre as propostas de Arraes, especialmente no que se refere à sua primeira administração, e as condições reais para a sua execução existia um longo caminho a ser trilhado e que, pelas circunstâncias políticas nacionais, nem chegou a ser concluído. Mesmo antes do golpe, Arraes já se deparava com uma série de obstáculos. Esbarraria em incompatibilidades com a própria Frente do Recife, com o limitado projeto de reformas do presidente João Goulart e com a oposição de setores tradicionais, entre os quais se destacavam os políticos udenistas, os líderes empresariais e as oligarquias agroindustriais.

Em seu livro “Ideologia e populismo”, Guita Grin Debert retrata as dificuldades vivenciadas por Arraes: “Durante um ano inteiro, forças conservadoras do Estado, estimuladas por Cid Sampaio e João Cleofas, tentaram a intervenção em Pernambuco. Arraes travava uma luta desigual: a luta interna contra a nobreza pernambucana e a luta externa contra o Sr. João Goulart, que sempre alimentara a idéia de intervir no Estado para livrar-se do seu incômodo concorrente na área popular. E ainda havia outra espécie de luta, essa intestina: contra os grupos radicais de Brizola e a CGT, que procuravam, através das ondas da Rádio Mayrink Veiga, fazer a revolução socialista no Brasil”.

Conforme destaca, Miguel Arraes era acusado simultaneamente de comunista e incendiário do Nordeste, pelas forças conservadoras, de

perigoso concorrente ligado ao Partido Comunista Brasileiro, pelo presidente Jango, e de conciliador pelos grupos brizolistas. Como aliados, contava com as camadas populares, segmentos do PC, com a ala nacionalista do PTB, com as lideranças estudantis e sindicais urbanas e com diretorias de associações de bairro e parte dos trabalhadores rurais. Tinha sérias incompatibilidades com as Ligas Camponesas. Por outro lado, o pacto entre as esquerdas e a fração oligárquica do PSD havia sido rompido logo após as eleições.

Não se pode esquecer que, levando-se em conta a problemática nacional, o primeiro Governo Arraes situa-se no momento mais agudo da crise do populismo, instituído no Brasil a partir de 1930, como alternativa de preservação do poder das camadas dominantes a partir de um respaldo popular. Otávio Iani, em “Populismo e classes subalternas”, procura mostrar a impossibilidade do sucesso desse tipo de relação, paradoxal, na medida em que envolve a coalizão de categorias antagônicas. Conforme afirma, em nome da luta contra o atraso econômico e social, o populismo apregoa a harmonia entre dominados e dominantes, como se ambos tivessem interesses iguais.

Como fatores condicionantes da conjuntura nacional da época, Francisco Weffort, em “Estado e massas no Brasil”, aponta os seguintes aspectos: “Agravam-se os problemas estruturais e como nenhum dos grupos dominantes exerce a hegemonia, todos se voltam para o Estado, concebido como entidade independente, à espera de suas iniciativas. Não obstante, este se encontra paralisado, pois se reduzem cada vez mais as margens de compromisso entre os grupos que o pressionam. Em consequência, diminui também a possibilidade de que o populismo, através da manipulação, continue atuado como agente dinamizador da estrutura política. Assim, a pressão popular se torna cada vez mais ideológica, alterando, desse modo, o esquema tradicional de manipulação”.

Weffort destaca ainda que o nacionalismo, característico do populismo, além de oferecer cobertura à ineficácia prática do governo, instaura o mito do Estado de todo o povo, como algo independente das diferenciações de classes. Desta maneira as camadas populares são vistas como única força capaz de dar sustentação política ao Estado. Diluindo-se no nacionalismo as barreiras de classe, as massas passam a ser os

pilares da legitimidade do Estado, mas na verdade, funcionando como objeto de manobras e como instrumento de preservação do poder.

Nessas condições, se por um lado abre-se um espaço para as organizações de esquerda, por outro lado, o Estado apresenta-se como o agente das mudanças. No caso concreto do Governo Goulart ficava claro que o populismo que se encontrava embutido nas teses reformistas era a forma escolhida pelo presidente para tentar manter-se no poder e ampliar sua importância enquanto promotor de mudanças.

Entretanto, a conjuntura nacional não permitiu que a velha mágica, expressa na célebre frase “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, continuasse a ser posta em execução. Em poucos momentos de sua história, o Brasil havia sido politicamente tão balançado como no primeiro trimestre de 64. As propostas de Jango, embora reformistas, entusiasmavam a propalada aliança operário-estudantil-camponesa e explodiam, na prática, como ameaça ao Estado Liberal, já minado em suas bases por uma inflação desenfreada, pelos movimentos grevistas e por insistentes apelos à socialização.

Na avaliação de Arraes, João Goulart buscava um caminho para o desenvolvimento autônomo do País. Em seu livro “O Brasil, o povo e o poder”, o ex-governador mostra a impossibilidade de viabilização da proposta: “O Governo não dispunha do apoio da burguesia para empreender as reformas que preconizava, e os maiores setores do movimento popular exigiam medidas mais radicais, que não tinham um objetivo comum”. Ele explica que o Jango podia contar até certo ponto com o povo para a luta antiimperialista, mas o movimento popular não possuía uma organização nacional que o dirigisse e o presidente não tinha condições de tomar a iniciativa de um embate mais sério sozinho.

Conspirações eram denunciadas em todos os níveis e, quando março começou, o País parecia estar irremediavelmente dividido. As exigências de transformações na infra-estrutura representavam um sério perigo para a velha ordem política, cujos líderes se viam na iminência de perder o controle das regras do jogo, das quais haviam sido até então detentores exclusivos. Tal processo foi desviado pelo golpe militar. Logo se delinearão as novas formas de apropriação e uso do poder, que passaram a vigorar a partir da edição do primeiro ato institucional, formas estas que seriam marcadas pelo autoritarismo e por um eficiente controle social.

Na verdade, a crise que precedeu o golpe era econômica, política e social, marcada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações. Havia a expectativa de implantação de profundas alterações, expressas nas reformas de base prometidas por Goulart. Mas um impasse se delineava claramente. Para que as reformas se concretizassem seria preciso, dentre outras coisas, que a economia se voltasse para o mercado interno, que o Governo criasse meios de descentralizar a renda e que rompesse com a dependência do País em relação ao capital externo. Medidas desse alcance feriam interesses muito maiores que os dos setores conservadores brasileiros. Atingiam em cheio os planos traçados pelo capitalismo internacional para toda a América Latina. Tanto é assim que o golpe militar não se limitou ao Brasil. Diversos países da AL vivenciaram regimes ditatoriais, revelando a força norte-americana em contraponto à incipiente organização das chamadas esquerdas.

Situando-se entre os que defendiam mudanças radicais na sociedade, Miguel Arraes, mesmo isolado em relação ao Governo Central, tentou colocar em prática a plataforma política defendida em seu discurso de posse, mais comprometida com os anseios das camadas populares que com as determinações do presidente da República. Segundo ele próprio explicou mais tarde ao professor Paulo Rosas, não havia um confronto entre o Governo do Estado e as propostas janguistas, “mas um desencontro de concepções”.

Na avaliação de Paulo Rosas, o que diferenciava Arraes dos demais governantes da época é que eles insistiam em abordar os problemas de forma convencional e que se mostravam inócuas, enquanto Arraes tinha sempre como referência a população de baixa renda, contrariando as camadas já em si privilegiadas. “Arraes assumiu a Prefeitura do Recife com a firme intenção de realizar um governo popular – não populista – aberto a todas as forças atuantes da comunidade, organizadas ou não”, explicou o professor, em comunicação apresentada na 32ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Esta postura assumida por Miguel Arraes fez com que seu primeiro governo fosse marcado por uma certa dualidade, pela contradição entre as intenções e as condições de execução de um programa popular de governo. Ele encurralava-se entre a sua tentativa de fidelidade aos pressupostos definidos em seu discurso de posse e os entraves impostos

pela conjuntura nacional e, ainda, pelo esquema de alianças que o mantinha no poder. Essa contradição se manifestou em todos os momentos do seu governo.

2) Prefeitura do Recife

Miguel Arraes entrou na cena política em 1950, desenvolvendo uma trajetória marcada por altos e baixos. Seu primeiro mandato foi de deputado estadual, viabilizado através de uma articulação com o PSD. Eleito para a primeira suplência, conseguiu chegar à Assembléia Legislativa. Em 1954 foi reeleito, desta vez, pelo PST. Como deputado, nessa segunda legislatura, fez oposição ao Governo de Cordeiro de Faria e participou ativamente da Frente do Recife, formada para eleger Pelópidas Silveira para a Prefeitura do Recife. Derrotado em 58, foi convocado pelo então governador Cid Sampaio para a Secretaria da Fazenda, na qual permaneceu até o ano seguinte, quando decidiu disputar a Prefeitura do Recife.

A candidatura de Arraes a prefeito do Recife foi lançada em 1959 através de um manifesto de jornalistas, seguido por outro documento de apoio, assinado pelos locatários dos mercados públicos. A articulação ia de encontro aos interesses do então governador Cid Sampaio, que tentou impedir sua consolidação. Mas, ao contrário do esperado, o posicionamento de Cid gerou uma onda de solidariedade a Arraes, viabilizando uma campanha que, de início, parecia impossível. O então governador se viu obrigado a aceitar a candidatura. Eleito pela Frente do Recife e com o apoio das esquerdas, Arraes logo se afastou de Cid, mas só oficializou o rompimento em janeiro de 1962.

Na Prefeitura, fez o que foi possível para imprimir uma marca popular à sua administração. Ampliou o sistema de abastecimento de água e de fornecimento de energia, construiu chafarizes, aumentou a rede de esgotos, desenvolveu projetos de urbanização nos bairros e criou o Movimento de Cultura Popular (MCP), talvez a principal marca de sua passagem pelo Executivo Municipal. Paralelamente, tratava de ganhar o apoio da classe média concluindo as obras de abertura da Avenida Norte, alargando a Rua da Aurora, pavimentando as avenidas Sul, Boa Viagem e Imbiribeira e construindo a ponte de Limoeiro. Afora isso,

implantou uma rede de ônibus elétricos e criou o Plano de Urbanização de Boa Viagem, executado em parceria com os proprietários dos imóveis.

Mas foi o MCP a face mais visível e emblemática da passagem de Arraes pela Prefeitura. Agregando intelectuais, artistas e educadores, o movimento encerrava uma proposta de contraposição ao modelo tradicional de educação, privilegiando as necessidades reais da população, valorizando o universo cotidiano e a criação de uma consciência política. O projeto reuniu pessoas das mais diversas tendências: liberais, representantes do pensamento da Igreja, integrantes da Ação Popular e do Partido Comunista Brasileiro. Essas forças, aparentemente, colocaram um biombo em suas divergências, que explodiram mais tarde através de discussões teóricas e da atividade prática.

O MCP desenvolveu atividades ligadas ao ensino, pesquisa, artes plásticas, artesanato, música, canto, teatro, cinema, rádio, saúde e esportes. Uma das suas mais importantes realizações foi a experiência de educação pelo rádio, precedida de um processo de preparação e divulgação do projeto. O programa de alfabetização de adultos, iniciado segundo modelos tradicionais, deu origem ao “Livro de leitura para adultos”, de autoria de Josina Godoy e Norma Coelho, que se transformou num dos principais instrumentos utilizados pelo movimento. Os programas radiofônicos, por sua vez, abordavam também conhecimentos de história e realidade brasileira, dentro de uma perspectiva de conscientização popular.

Moacyr de Góes, em seu livro “De pé no chão também se aprende a ler”, afirma que do ponto de vista da metodologia educacional aplicada aos adultos, o MCP se apresentava com duas propostas que internamente se conflitavam: o sistema Paulo Freire, que utilizava fichas e slides e o método de Norma Coelho e Josina Godoy, centrado numa cartilha compatível com o universo cultural do adulto. Ambas as propostas pretendam chegar à conscientização do aluno e de sua inserção num processo global de politização. Embora o método de Paulo Freire tenha sido experimentado pela primeira vez no Recife, o outro terminou sendo a alternativa escolhida para a alfabetização de adultos.

O teatro também desempenhou papel relevante no MCP, influenciando, inclusive, o trabalho de muitos grupos que surgiram no

bojo do pós-64. No início, as peças eram encenadas em circos, pois as camadas populares não tinham acesso às salas de espetáculos. Algumas montagens caracterizavam situações de opressão, através das quais se procurava motivar a participação do público, levando-o a tomar uma posição perante o problema cênico. Conforme afirmou o teatrólogo Leandro Filho, esperava-se que este posicionamento funcionasse como base para o despertar de uma consciência crítica, que pudesse servir de alavanca para mudanças mais estruturais.

O MCP conseguiu criar 201 escolas, com 626 turmas, além das escolas da rede radiofônica. Estruturou uma escola para motoristas e um centro de artes plásticas e artesanato, ministrando cursos de tecelagem, cerâmica, cestaria, cartonagem, fantoches, pintura, desenho, estamparia, modelagem, gravura e escultura. Fundou cinco praças de cultura, uma galeria de arte, um grupo teatral e o Centro Cultural Dona Olegarinha, que funcionava no Sítio da Trindade. Chegou a ter 30 mil alunos e mais de mil professores. Mas seu trabalho foi interrompido. No primeiro dia de abril de 64, a sede do MCP foi invadida pelos militares, seus integrantes foram presos e todos os arquivos queimados.

Do ponto de vista ideológico, o MCP sofreu influências diversas. De acordo com Vanilda Pereira Paiva, em “Educação popular e educação de adultos”, o engajamento dos católicos no movimento se deu sob a égide do Concílio Vaticano II, que deflagrou a nível mundial, a discussão sobre os problemas sociais, já que pela primeira vez a Igreja falava em socialização. Moacyr de Góes destaca que as idéias do Vaticano II se refletiam no discurso político da época através de uma postura antiimperialista, apontando para uma forma de socialismo pouco definida, centrando sua catequese no nacionalismo, na luta contra o latifúndio, o imperialismo e o colonialismo cultural. Em sua opinião, esse discurso era influenciado por uma idealização romântica da revolução cubana.

As opções da Ação Popular, naturalmente mais avançadas do que as da Ação Católica, de onde era originária, nem por isso eram ideologicamente mais claras, flutuando entre o humanismo cristão e o marxismo. Os grupos mais radicais pregavam a insurreição em Pernambuco, procurando transpor para o Brasil a experiência cubana, sem considerar sequer as condições objetivas da realidade nacional. O PC, por sua vez, refutava as teses da luta armada, sustentando um ponto

de vista moderado na condução do processo histórico e, muitas vezes, ficando a reboque das lutas sociais que se desenvolviam no período.

As discussões que eram travadas no seio do MCP apenas espelhavam um debate mais amplo que se realizava no plano nacional e que, em Pernambuco, assumia características e nuances especiais, em função da realidade específica do Governo Arraes e das expectativas criadas diante de uma perspectiva de um governo popular. Com iniciativas como a criação do MCP e outras que tocavam muito de perto a população, Arraes foi ganhando força, já podendo dispensar o apoio de incômodos aliados.

A campanha presidencial de 1960 veio para afastar ainda mais Arraes de Cid Sampaio. Enquanto o governador apoiava a candidatura de Jânio Quadros, Arraes ficava ao lado do general Teixeira Lott. Apesar da derrota de Lott, o prestígio de Arraes não diminuiu, graças ao sucesso das ações desenvolvidas na Prefeitura do Recife. Ele passava a reunir as condições para disputar o Governo do Estado em 1962 quando a renúncia de Jânio veio a favorecer o seu projeto político. Passou então a buscar o respaldo do novo presidente da República, João Goulart, e, conseqüentemente, do seu partido, o PTB. Tal apoio foi conquistado quando dois mil trabalhadores enviaram a Jango um documento referendando o nome de Arraes para disputar o Governo de Pernambuco.

3) Governo do Estado

Arraes chegou pela primeira vez ao Palácio das Princesas com uma vitória apertada, contabilizando 262.499 votos e uma pequena margem de diferença em relação ao seu principal concorrente, João Cleofas (UDN), que computou 251.146 votos. Desta disputa, participou também Armando Monteiro, pelo PSD. Empossado no dia 31 de janeiro de 1963, na Assembléia Legislativa, caminhou a pé até a Praça da República, seguido por uma multidão. Após a transmissão do cargo, feita por Cid Sampaio, Arraes quebrou o protocolo, de acordo com o qual o governador deveria discursar da sacada do Palácio. Subiu num poste e falou de improviso, reafirmando compromissos com o povo que o havia conduzido ao poder.

Ainda na Assembléia encerrou o seu pronunciamento com um claro aceno à participação popular: “O nosso futuro, o futuro do povo livre e emancipado econômica e politicamente, nós teremos que merecer, que conquistar a cada hora e a cada dia. E só nos será possível merecê-lo com trabalho e mais trabalho, com sacrifício e mais sacrifício. Sei que o povo de Pernambuco está disposto a isso, que não nos falta disposição para isso. E foi por isso e para isso que me colocou no Governo. Por isso é que me apresento, senhores representantes do povo, para pedir a todos, para pedir ao povo que se dedique ao trabalho e que me ajude a trabalhar. Acredito ter tudo que um homem precisa ter para o trabalho e que outra coisa não é senão o que foi dito pelo poeta: Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo”.

O cumprimento de uma parte importante desses compromissos consolidou o perfil popular de Arraes, transformando-o mais tarde num verdadeiro mito. Apesar das dificuldades e do pouco tempo de governo, assegurou o pagamento do salário mínimo ao trabalhador rural, através de um acordo com os plantadores de cana. Ampliou a concessão do crédito agrícola, estendendo-o aos pequenos produtores, que contaram ainda com o respaldo da Companhia de Revenda e Colonização, por ele criada, além do Serviço de Assistência e Treinamento, voltado para as comunidades do Interior.

“Não se conhece nas crônicas políticas de Pernambuco outro governante que se tenha empenhado tanto em conciliar, no melhor sentido, os conflitos sociais. Contra todas as deformações, ao longo de tantos anos, a imagem que a história há de guardar é a de um homem que foi até o sacrifício de sua carreira política, quase de sua vida, para assegurar ao seu povo e ao Nordeste a libertação econômica e política tão desejada”, testemunha o escritor Paulo Cavalcanti, em seu livro “O caso eu conto como o caso foi”.

Ele ressalta que o projeto do Governo Arraes foi dirigido no sentido de responder rapidamente aos problemas emergenciais, enquanto eram criados planos para assegurar reformas mais profundas, capazes de eliminar as raízes dos problemas em foco. Segundo Paulo Cavalcanti, em um ano, o Governo fez o poder aquisitivo do trabalhador rural triplicar, ao mesmo tempo em que tratava de obter, junto ao Governo Federal, um

aumento para o preço do açúcar que satisfizesse aos pleitos dos usineiros. Sobre o chamado “Acordo do Campo”, o escritor relembra:

“A mesa grande de reuniões solenes, numa das belas salas do Palácio, esteve literalmente ocupada: de um lado camponeses, trabalhadores rurais, com suas roupas modestas, mãos calosas, fisionomia compenetrada da seriedade do encontro. Do outro, senhores de engenho e proprietários de terras, bem vestidos, falando numa linguagem moderada. E na cabeça da mesa, Miguel Arraes, mediando os entendimentos. Discutia-se relações de trabalho e pagamento de salários atrasados, em clima de respeito”. Tal situação nunca tinha sido vista em Pernambuco antes.

Entretanto, não foram só os sucessos que marcaram o primeiro Governo Arraes. Durante os 14 meses em que Miguel Arraes comandou o Estado – de janeiro de 63 a abril de 64 – Pernambuco foi palco de intensa agitação política e social. As greves explodiam no campo e na cidade. Trabalhadores rurais desfilavam pelas ruas centrais do Recife com enxadas, foices, estrovangas e picaretas. Usineiros e senhores de engenho denunciavam incêndios nos canaviais e invasões de terras. No plano nacional o ambiente também era de turbulência. As chamadas reformas de base pretendidas pelo presidente Goulart assustavam a elite conservadora.

Antes de completar um mês de governo, Arraes já enfrentava os primeiros problemas no campo e assistia à primeira greve urbana em sua administração, convocada pelo Sindicato dos Condutores de Veículos, que reivindicava 90% de reajuste salarial. Durante dois dias, o Recife parou e, no final, os motoristas conseguiram o que pleiteavam. Esta greve seria a primeira de muitas outras, como a que, em novembro de 63, paralisou sete engenhos da Usina Maria das Mercês, no Cabo, a dos bancários, que durou 15 dias, a dos petroquímicos, dos previdenciários e, em fevereiro de 64, a dos trabalhadores na indústria do açúcar, que paralisou praticamente todas as usinas do Estado.

Alarmados com a situação, os proprietários de terras chegaram a solicitar providências ao presidente da República, para o que chamavam de estado de emergência e intranquilidade, estampando assustadoras manchetes nos jornais da época. Em agosto de 63, por exemplo, anunciavam que o administrador do engenho Bom Jardim, no Cabo,

havia sido trucidado por 400 camponeses. Em dezembro, alardeavam que 1.200 toneladas de cana haviam sido queimadas, no engenho Quirinéia, em Escada, num incêndio provocado pelos trabalhadores. Em janeiro de 64 publicavam que um grupo de trabalhadores havia invadido a propriedade Serra Grande, arrombado o açude e sacrificado o gado.

Três forças disputavam no campo a tarefa de aliciar trabalhadores para suas hostes. A principal delas, as Ligas Camponesas, fundada em 1955, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão e que tinha Francisco Julião como líder, pregava a reforma agrária “na lei ou na marra”. Em 64, Pernambuco contava com 65 ligas, reunindo cerca de 40 mil filiados. O movimento, que sofreu grande influência da revolução cubana, tinha uma relação difícil com Arraes. “As ligas eram restritivas ao Governo, não tinham identidade conosco. Apoiavam por obrigação”, explicaria, anos mais tarde, Miguel Arraes.

A segunda força era o Partido Comunista, que havia designado Gregório Bezerra para fazer o trabalho de aliciamento no Interior e que chegou a fundar dezenas de células partidárias. Os comunistas eram mais próximos de Arraes e entravam em rota de colisão direta com as ligas e ambos se confrontavam com a terceira força que atuava no campo: a Igreja.

4) Golpe Militar

Na manhã da quarta-feira, 1º de abril de 64, o então governador Miguel Arraes acordou sob a mira dos canhões que, colocados em posições estratégicas no Cais do Apolo e na Rua da Aurora, apontavam para o Palácio das Princesas. Um grupo de estudantes que organizava uma passeata em defesa da legalidade foi recebido à bala pelas tropas do Exército que ocupavam o centro da cidade. Três pessoas foram mortas e várias saíram feridas. A redação do jornal Última Hora foi fechada e os jornalistas presos. À tarde, as prisões já se estendiam por todo o Estado.

Embora Arraes já esperasse um desfecho violento para a crise que se aprofundara no plano nacional após o comício de Jango na Central do Brasil, no dia 13 de março, na véspera do golpe havia recebido do coronel Dias Fernandes, comandante do 3º. Distrito Naval, a garantia de que os militares de Pernambuco resistiriam a qualquer tentativa golpista. Havia

conversado também, por telefone, com o presidente Goulart, que lhe adiantara ser difícil a situação política em Minas. Diante disso, Arraes distribuiu nota à Imprensa dizendo ser tranqüila a situação no Estado, ao mesmo tempo em que se posicionava em defesa da democracia e da legalidade. À noite, reuniu-se com seus assessores e recebeu a visita de David Capistrano e José Leite, representantes do PCB, que sugeriram ao governador que se deslocasse para Palmares, de onde comandaria a resistência ao golpe. Ele não via condições objetivas para isso e recusou a proposta.

O primeiro contato de Arraes com os militares foi no dia 1º. Deu-se através de um telefonema do comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos. O governador protestou contra o cerco do Palácio e recebeu uma resposta incisiva, que deixava evidente a posição de manter as tropas nas ruas. À tarde, Arraes, juntamente com Pelópidas Silveira, prefeito do Recife, e Celso Furtado, superintendente da extinta Sudene, recebeu a visita de Dias Fernandes, que comunicou oficialmente a deflagração do golpe contra o presidente da República e insinuou que Arraes poderia permanecer no cargo se estivesse disposto a fazer concessões. A resposta foi clara:

“Almirante, talvez neste momento eu já seja um prisioneiro do IV Exército. Talvez eu já achesse a porta deste gabinete preso. Mas nunca os senhores conseguirão que o atual governador de Pernambuco saia desmoralizado desta sala. Eu tenho um mandato que me foi conferido, não pelos senhores, mas pelo povo e que termina numa data certa. Os senhores não me podem tomar esta representação que o povo me conferiu. Poderão, entretanto, impedir-me de exercê-la pela força. Enquanto eu for governador de Pernambuco não aceitarei a menor limitação às minhas prerrogativas constitucionais. Além disso, eu tenho nove filhos que precisarão saber, no futuro, como o pai se comportou nesta hora”.

Pouco tempo depois chegavam ao Palácio das Princesas os coronéis João Dutra de Castilho, do 14º. Regimento de Infantaria, e Ivan Rui de Andrade Oliveira, do 7º. Regimento de Obuses. Eles comunicaram que Jango não era mais presidente e que Arraes deveria renunciar. Sobre este episódio, Arraes comentou anos depois: “Eu declarei que eles não tinham competência para me prender ou me depor, a não ser que fosse pela força”.

No início da noite os militares voltaram para prender Arraes. O coronel Dutra de Castilho lhe apresentou uma ordem do general Justino para removê-lo do Palácio, que já havia sido esvaziado. Restava apenas o governador que estava sendo deposto, o tio Antônio Arraes de Alencar e o diretor da Companhia de Revenda e Colonização, Valdir Ximenes. Escortado pelo coronel, Arraes deixou o Campo das Princesas num fusca dirigido por Ximenes e foi levado para o quartel de Socorro, de onde foi removido para Fernando de Noronha.

Depois de passar onze meses no arquipélago e conhecer as prisões da Companhia de Guarda, do Corpo de Bombeiros e da Fortaleza de Santa Cruz, esta última no Rio de Janeiro, Arraes foi solto por força de um hábeas corpus. Mas não podia permanecer no País. No dia 20 de maio de 1965, era enquadrado na Lei de Segurança Nacional ao mesmo tempo em que era informado pelo seu advogado, Sobral Pinto, de que seria impossível mantê-lo em liberdade através de recursos legais.

No dia 25 do mesmo mês, ele embarcou para a Argélia, onde cumpriu 14 anos de exílio. Inicialmente, Arraes procurou asilo nas embaixadas da América Latina e da França, mas esses países recusaram-se a recebê-lo, sob a alegação de que logo após a deflagração do golpe militar haviam acolhido um número muito grande de brasileiros. Foi através de um jornalista amigo da família que a Argélia ofereceu asilo ao governador deposto.

Ele viajou acompanhado apenas da mulher, Madalena, deixando todos os seus filhos no Brasil. Na Argélia, enfrentou enormes dificuldades de adaptação. Não falava francês e somente três semanas depois de lá chegar começou a se comunicar. Ressentia-se da ausência dos filhos e da atividade política que havia nortado sua vida até então. Os contatos com o Brasil eram escassos, já que a censura instituída no País violava a correspondência e era preciso aguardar portadores que trouxessem cartas e notícias. Foi na Argélia que nasceu o último filho de Arraes, Pedro. Aos poucos, o ex-governador foi mandando buscar os outros, mas somente em 1969 conseguiu reunir todos.

Na avaliação feita por Miguel Arraes, ao voltar do exílio, o golpe militar verificado no Brasil em 64 foi resultado de uma articulação internacional, promovida para assegurar o controle do processo político em países onde se observava uma intensa mobilização popular. Para ele,

não só os Estados Unidos, mas também a extinta União Soviética e os países do Leste europeu, tinham interesse em reprimir esses movimentos. Segundo o ex-governador, o bloco socialista não estava interessado em mudanças profundas porque o desequilíbrio do sistema afetaria a correlação internacional de forças.

Arraes acreditava que a guerra do Vietnã, que começou na mesma época, foi um indício de que havia uma mobilização mundial, posteriormente confirmada por sucessivos golpes na África, Ásia e América Latina. Ele destacava o golpe da Indonésia, um dos mais sangrentos, onde foram mortas mais de 500 mil pessoas. Da mesma forma, o ex-governador considerava que a anistia brasileira tinha sido uma consequência do esgotamento do modelo militarista instituído no início da década de 60, que não mais respondia às exigências do capital internacional.

O Relatório Rockefeller, elaborado na década de 70 era freqüentemente citado por Arraes quando analisava a conjuntura. Ele acreditava que o documento era um sinal de que mudanças poderiam ser esperadas. Segundo o ex-governador, havia neste relatório um estudo acerca da América Latina, onde era colocada em dúvida a eficácia dos regimes militares, sugerindo a substituição da repressão política pura e simples, por uma política que permitisse conduzir os países que se encontravam sob regime de força para uma aliança com os setores considerados mais avançados do empresariado, sob o comando americano. Conforme afirmava Arraes, o relatório dizia que os militares não eram mais ideologicamente confiáveis porque, em função de suas concepções nacionalistas, impunham resistência à abertura do mercado ao capital estrangeiro. Na opinião de Arraes, o que houve foi a substituição dos instrumentos de dominação.

Em “Brasil, a questão nacional” o ex-governador explica melhor as razões do golpe. Destaca que foi levado em conta não apenas os interesses das empresas multinacionais instaladas no País, mas os interesses do próprio Estado norte-americano. “Falira a política dos Estados Unidos em seu campo de influência. Fracassara a tentativa de derrubada do governo cubano. Diem caíra no Vietnã. Crescia o movimento popular no Brasil, noutros países latino-americanos, na Indonésia e na Grécia. Restavam, portanto, os meios militares.

Sucederam-se os golpes de Estado em vários continentes e, quando necessária, a intervenção direta das tropas americanas, como no Vietnã e em São Domingos”.

Para ele, no Brasil, com o golpe, “o desmantelamento do Estado nacional”, ou seja, “a interdependência”, foi proclamada como política oficial desde os primeiros dias do Governo de Castelo Branco. “Iniciou-se um processo de internacionalização que ganhou plena expressão no Governo Médici”.

Referindo-se às questões internas do País no período que precedeu 64, em seu livro “O Brasil, o povo e o poder”, Arraes afirma que o golpe foi resultado de uma dupla incapacidade: “A de Goulart, impotente para governar o País e opor-se às manobras reacionárias, e a das forças populares, incapazes de se entender para chegar a uma ação, a partir de uma visão comum dos problemas”. O ex-governador discorda da tese de que a intervenção militar se deu em razão de erros cometidos por Jango e pelos que o apoiavam. Garante que houve erros, mas também muitos acertos. Segundo Arraes, durante todo o Governo Goulart desenvolveu-se uma ininterrupta ação conspirativa.

“A propaganda desenvolvida para possibilitar a intervenção militar e motivar as Forças Armadas apenas aproveitou-se das circunstâncias, algumas das quais atizadas pelos próprios golpistas. São inexplicáveis certas ocorrências, como o movimento dos marinheiros, assim como certas invasões de terras, urbanas e rurais”, assinala Arraes em “O jogo do poder no Brasil”. Ele insiste em dizer que “a questão central sempre foi a de determinar o papel do capital estrangeiro” e saber “como o Brasil devia se inserir na nova divisão internacional do trabalho que era imposta pela hegemonia adquirida pelos Estados Unidos no pós-guerra”.

5) O Mito

Quer seja pela sua peculiar capacidade de análise, quer seja por suas ações ou pelo seu carisma, a verdade é que o ex-governador tornou-se um mito. A construção deste mito começou a ser consolidada a partir da sua deposição do Governo, da prisão e do exílio. Na verdade, o ponto de partida do processo de mitificação foi o próprio dia 1º de abril de 64, quando as circunstâncias e a reação que assumiu revelaram a violência

do golpe militar. Com o Palácio das Princesas sitiado, sob a mira de canhões, ao se recusar a renunciar, Arraes criou uma situação difícil para os militares e inédita na História do Brasil. Naquele momento o ex-governador marcou posição, ressaltando qualidades como a coragem e a coerência.

A prisão, numa ilha inacessível do Atlântico, destinada aos degredados políticos, funcionou como o passo seguinte da formação do mito, reforçado pelo exílio na África. Ou melhor, desterro, como dizia ele em seus discursos. Enquanto os outros políticos ocupavam prisões comuns e conseguiam asilo nas embaixadas latino-americanas ou européias, o caso de Arraes fugia a todas as regras e colocava-se, aos olhos do povo como um estranho e misterioso desterro, num continente distante e pouco conhecido, de onde, aparentemente, não mais poderia voltar. A censura imposta na época, encarregou-se de dar a forma final ao fetichismo.

Banido do noticiário jornalístico as histórias de Arraes passaram a ser transmitidas oralmente, exageradas ao sabor da fantasia de cada um. Na medida em que o golpe militar impedia a organização popular, cerceava a democracia e a liberdade, impunha um modelo econômico socialmente excludente, crescia um sentimento de orfandade no meio da população. No imaginário popular Arraes passara a incorporar a figura do protetor que era capaz de oferecer todas as respostas e dar solução a qualquer problema, até mesmo aos que fugiam à alçada política.

Paralelamente, a esquerda alimentava uma espécie de sebastianismo em torno de Arraes, apresentando-o como a principal vítima do golpe militar e símbolo da resistência ao regime de exceção. A prisão e a deposição de Arraes viraram temas permanentes do discurso do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido que funcionava como um imenso guarda-chuva para abrigar todas as tendências contrárias ao regime. Quando começou a luta pela anistia, a volta de Arraes para o Brasil era colocada como bandeira. Na época, além da coragem e coerência do ex-governador, destacava-se o caráter popular do seu governo, a sua prática nacionalista e democrática. Desta forma, duas gerações cresceram tendo Arraes como símbolo das aspirações libertárias.

As circunstâncias política, entretanto, por si só, não transformariam Arraes num mito. Ao lado disso, verificava-se uma identidade real do povo com o ex-governador que havia descido do pedestal para

compartilhar problemas comuns, do dia-a-dia de pessoas comuns. Sua presença após a volta do exílio, especialmente nas cidades do Interior, era imbuída de um componente mágico que levava as pessoas a se comportarem como se estivessem diante de um semideus. Paradoxalmente, o povo não guardava a distância regulamentar exigida no tratamento de um semideus. Ao contrário, estabeleciam com ele uma relação de intimidade e de cumplicidade.

Foi esse sentimento que levou milhares de pessoas ao Largo de Santo Amaro para recepcionar o ex-governador na sua volta do exílio, numa clara demonstração de que as acusações a ele dirigidas durante todo o período militar haviam servido, não para arranhar a sua imagem, mas para solidificar a idéia de que ele corporificava a esperança do resgate de um sonho, de um tempo onde todos tinham vez e voz.

Por outro lado, a manutenção do mito de Arraes foi arquitetada por ele mesmo, dispensando a orientação de assessores, cientistas políticos e publicitários. Uma de suas armas foi o silêncio. O ex-governador tinha consciência de que um mito precisa ter uma áurea de mistério, de distância, e que na medida em que banalizasse suas palavras elas perderiam força. Nunca dava declarações quando provocado e só se pronunciava no momento por ele escolhido. Com o tempo, as pessoas passaram a compreender que quando ele falava sempre existia um objetivo a ser atingido por cada palavra pesada e medida. Outra estratégia usada por Arraes foi a da repetição das idéias que defendia. Com isso, criou teses gerais básicas, que procurou confirmar ao longo de sua vida. Sabia que nada melhor do que a coerência do discurso e da prática numa época de incertezas políticas.

Tanto é assim que, em seu discurso de posse, ao assumir o Governo de Pernambuco pela segunda vez, em 1987, não fugiu ao tema central do pronunciamento feito quando chegou ao Palácio das Princesas em 1963. Ao falar das dificuldades enfrentadas pelo País disse: “É preciso mobilizar o povo para que ele comece a fazer as mudanças por baixo”. Defendeu a democracia como forma de preservação da soberania nacional e lembrou que a dívida dos países pobres não podia ser paga com o sangue do povo. A tônica do discurso que tinha sempre o povo como referência, repetiu-se até a morte de Arraes, ocorrida no dia 13 de agosto deste ano.

Nota:

*Jornalista e responsável pela coluna de Política Giramundo do JC On-Line

Bibliografia:

- ALENCAR, Francisco. *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979
- ARRAES, Miguel. *Brasil, a questão nacional*. Brasília: Fundação João Mangabeira, TC Gráfica e Editora, 2005
- ARRAES, Miguel. *O jogo do poder no Brasil*. Brasília: Fundação João Mangabeira, TC Gráfica e Editora, 2005
- ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Brasília: Fundação João Mangabeira, TC Gráfica e Editora, 2005
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: Da Coluna Prestes à queda de Arraes: Memórias*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979
- GOES, Moacyr. *De pé no chão também se aprende a ler: Uma escola democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002
- IANI, Otávio. *Populismo e classes subalternas*. São Paulo: Debate e Crítica: nº. 1, Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, HUCITEC, julho/dezembro de 1973
- LEITE, Ronildo Maia. *A história de um jornal que morreu ou ascensão e queda de Miguel Arraes*. Recife: Cadernos de Reportagem 1, suplemento de O Batente, órgão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco, setembro/dezembro/87
- MANFREDI, Silvia Maria. *Política e educação popular*. São Paulo: Editora Símblo, 1978
- MAURÍCIO, Ivan. *Arte popular e dominação*. Recife: Editora Alternativa, 1979
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Editora Loyola, 1973
- ROSAS, Paulo. *O Movimento de Cultura Popular – MCP*. Rio de Janeiro: Comunicação 32ª. Reunião Anual da SBPC, em mesa redonda sobre Educação Popular, Nordeste, início dos anos 60, realizada sob o patrocínio da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, 1980
- ROZOWYKIAT, Tereza. *Diário de Pernambuco*. Recife: Matérias publicadas nas diversas edições do jornal, assinadas pela autora, entre os anos de 1986 e 1998

SÁ, Nicanor Palhares. *Política educacional e populismo no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez e Moraes, 1978

SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: O caso da Frente do Recife (1955/1964)*. Recife: UFPE – PIMES – CMS – Dissertação de Mestrado, 1980

TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Veja, 1979

WEFFORT, Francisco. *Estado e massas no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Civilização Brasileira: nº. 7, maio de 1966

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978